

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

Do Crescimento Económico ao Desenvolvimento Humano:

O Caso de Vilarinho da Furna

Manuel de Azevedo ANTUNES

CEPAD – Centro de Estudos da População Ambiente e Desenvolvimento

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Apresentação

Na análise do desenvolvimento têm predominado, até agora, as perspectivas económicas, que usualmente apontam para um economicismo desenvolvimentista, com a afirmação da autonomia e/ou independência dos fenómenos económicos como principal, quando não exclusiva, explicação da dinâmica do desenvolvimento.

Sem menosprezar a importância do económico, importa ter em conta outros aspectos do social com que esse mesmo económico se inter-relaciona.

Nesta abordagem ao tema proposto assinalarei:

- A antinomia do Desenvolvimento / Subdesenvolvimento
- Para um Desenvolvimento Sustentável
- A medida do Desenvolvimento
- O Índice do Desenvolvimento Humano
- O caso de Vilarinho da Furna

1.- A Antinomia do Desenvolvimento / Subdesenvolvimento

O tema do Desenvolvimento/Subdesenvolvimento tem sido objecto das mais apaixonantes análises nos meios políticos e académicos. Sobretudo no último meio século, do fim da Segunda Grande Guerra a esta parte, levando ao surgimento da “Economia do Desenvolvimento”, que teve o seu período áureo nas décadas de 50 e 60, para entrar em crise quase ao mesmo tempo que a economia mundial, em meados dos anos 70.

Sintomático que o *World Economic Survey*, da Liga das Nações, de 1938, na sua análise da economia mundial da época, tenha consagrado **um parágrafo e um**

quadro estatístico aos países produtores primários (Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Brasil, Chile, Hungria, Roménia, Jugoslávia), **uma frase** aos países balcânicos e Índias Orientais holandesas, **um parágrafo** à América do Sul e ignorasse pura e simplesmente a África, a URSS e a Ásia, com excepção do Japão (Figueiredo, 1982: 20).

No entanto, nos últimos cinquenta anos, grandes alterações se verificaram, tanto no processo económico mundial, como na consciencialização desse mesmo processo, nas suas múltiplas perspectivas e interesses em presença.

1.1.- As ambiguidades do subdesenvolvimento

O termo “subdesenvolvimento” surgiu sob o signo da ambiguidade. E corresponde à tradução do inglês *under-development*, “fabricado” pelos políticos americanos, depois da Segunda Grande Guerra, para caracterizar os países dominados pela fome, pela doença, pelo desemprego, enfim, pela pobreza, com uma população a crescer cada vez mais, em vias de duplicação numa trintena de anos... Esses países estavam na África, na Ásia e na América Latina. E, se as explicações da miséria em que viviam tais países variavam, a conclusão parecia ser a mesma: é necessário ajudar esses países (Lacoste, 1985 [1965]: 21)

A finalidade das campanhas a favor do apoio aos países sub_desenvolvidos teve como principal objectivo influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, os contribuintes dos países mais industrializados, para aceitar de bom grado a afectação de parte do orçamento do Estado para ajudar os países subdesenvolvidos. Graças a esses apoios, os governos de vários países de África, Ásia e América Latina puderam fazer grandes encomendas aos governos e empresas europeias e norte americanas, que lhes passaram a fornecer não apenas equipamentos, mas também ajuda técnica e militar (Lacoste, 1985 [1965]: 21).

Não foi, pois, sem interesse que as campanhas de ajuda ao subdesenvolvimento se desencadearam.

Se o termo “subdesenvolvimento” está carregado de ambiguidades, os seus substitutos não têm melhor sorte. É o que acontece com as expressões “países em vias de desenvolvimento”, “Terceiro Mundo”, “nações proletárias”, “países periféricos”, “países do sul”, entre outras.

O Banco Mundial propõe esta distinção dos países, em quatro grupos:

- *Países em desenvolvimento*, subdivididos em:

- *Países em desenvolvimento com fraco rendimento*
(Com PNB/capita 750 US\$, para 1994)
- *Países em desenvolvimento com rendimento intermédio*
(Com PNB/capita 750 e 9000 US\$, para 1994)
- *grupo inferior*
(Com PNB/capita 750 e 2900 US\$, para 1994)
- *grupo superior*
(Com PNB/capita 2900 e 9000 US\$, para 1994)
- *Países exportadores de petróleo*
- *Países de economia planificada*
- *Países industrializados* (Mondiale, 1996: 220-221).

Numa tentativa de sistematizar as contribuições económicas que se me afiguram mais significativas, no âmbito do subdesenvolvimento/desenvolvimento, no último meio século, poderíamos distinguir as seguintes grandes correntes de pensamento/estratégias do crescimento/desenvolvimento:

As perspectivas deterministas

“As etapas do desenvolvimento”

As análises dualistas

As perspectivas sectoriais

O “círculo vicioso do subdesenvolvimento”

O “crescimento equilibrado e desequilibrado”

Os “pólos de crescimento”

O estruturalismo *versus* monetarismo

As teorias da dependência

A ortodoxia marxista

A análise sistémica

...

2.- Para um Desenvolvimento Sustentável

Décadas de crescimento economicista levaram a um extremar de posições, a nível mundial: de um lado, um limitado “clubê” de países ricos, ainda que com grandes bolsas de miséria no seu interior Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha,

Reino Unido, França, Itália e Japão e, no outro extremo, mais de uma centena de países pobres, porque subdesenvolvidos, eufemisticamente apelidados "países em vias de desenvolvimento".

Pioneiros da Economia, como Adam Smith, David Ricardo e J. Stuart Mill, já haviam chamado a atenção para o absurdo que era o homem andar continuamente em luta contra o homem e a natureza em que vivia: "Se a Terra tem de perder essa grande porção do que nela é agradável, o que é devido às coisas que o crescimento ilimitado da riqueza e da população teve de lhe arrancar para poder suportar uma população maior, mas não melhor nem mais feliz, espero sinceramente, em prol da prosperidade, que nos contentemos com ser estacionários, muito antes que a necessidade nos obrigue a isso" (Mill, 1848, cit. Brito, 1983: 12)

2.1.- Os limites do crescimento

Em 1972, o casal Meadows, autor de *Os Limites do Crescimento* para o Clube de Roma, sintetizava assim as suas conclusões:

- "1. A manterem-se as tendências actuais de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção alimentar e utilização de recursos, atingirão os limites do crescimento no nosso planeta dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável da população e da capacidade produtiva.
2. É possível alterar estas tendências e criar condições de estabilidade ecológica e económica, numa perspectiva de muito longo prazo. O estado de equilíbrio global pode ser concebido de forma a garantir a todas as pessoas a satisfação das necessidades materiais básicas e a igualdade de oportunidades que assegure a cada um a sua plena realização humana.
3. Se a população mundial decidir enveredar por esta última alternativa, quanto mais cedo começar a trabalhar nesse sentido maiores serão as probabilidades de sucesso" (Meadows, 1972: 32).

A publicação deste livro suscitou as mais veementes controvérsias. Mas, concorde-se ou não com os autores do célebre Relatório do Clube de Roma, o que é certo é que a questão da relação entre população e desenvolvimento já vem de muito longe.

2.2.- As preocupações ecológicas do desenvolvimento

À luz dos conhecimentos actuais das diversas práticas científicas, nomeadamente da História, da Antropologia Cultural, da Arqueologia, da Biologia, etc., podemos afirmar que as preocupações do homem com a problemática que hoje designamos por ecológica, remonta aos primórdios da humanidade.

Para tratar da problemática específica do estudo dos ecossistemas e, nomeadamente, do estudo da estrutura e desenvolvimento das sociedades humanas, tendo em conta os processos de adaptação aos seus ambientes, surgiu a Ecologia, termo utilizado pela primeira vez pelo biólogo evolucionista alemão Ernst Haeckel, por 1866 (alguns referem o ano de 1869), derivado do grego (oikos + logia) que, etimologicamente, significa “ciência da casa”.

No século XX, foi, sobretudo, na sequência da Grande Depressão e Segunda Grande Guerra que a problemática sobre “os limites do crescimento” se impôs com toda a veemência. Problemática essa que ocasionou o aparecimento do conceito de “desenvolvimento sustentável”.

2.3.- O desenvolvimento sustentável

Desde os anos 70 a esta parte, vários acontecimentos contribuíram para o despertar dos agentes internacionais para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento.

Recorde-se os acidentes nucleares, a desertificação de grandes áreas do planeta, as marés negras, as chuvas ácidas, o buraco do ozono...

O que levou a uma maior reflexão sobre o homem e o seu ambiente:

- Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo;
- Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, em 1982, em Nairobi;
- Relatório Brundtland, da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, de 1987;
- Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, ECO'92, no Rio de Janeiro, em Junho de 1992;
- Conferência sobre a Desertificação, as Florestas e a Biodiversidade, em 1995;
- Relatório à Assembleia das Nações Unidas da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 1997;
- Protocolo de Kioto, em 2000;
- Etc.

Neste momento, já há, pelo menos, a percepção de que o actual sistema económico, baseado no consumo e na acelerada degradação de recursos insubstituíveis, está a tornar-se cada vez mais altamente insustentável.

Daí a necessidade, cada vez mais sentida, de um outro tipo de desenvolvimento: o **Desenvolvimento Sustentável**, isto é, **a capacidade de garantir as necessidades das gerações presentes sem comprometer as das gerações futuras** (Desenvolvimento, 1991 [1987]: 17).

A relativa ambiguidade e generalidade desta definição (não chega a identificar as mencionadas necessidades do presente nem do futuro) leva alguns autores a preferirem entender o **Desenvolvimento Sustentável** como **o tipo de desenvolvimento que, ao permitir uma melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, não ultrapassa a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam** (IUCN *et al.*, 1991), .

As próprias Nações Unidas que, durante décadas, puseram a tónica no crescimento económico, de que são sintomáticos os *Relatórios do Desenvolvimento Mundial*, do Banco Mundial, começaram, através do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a publicar o seu *Relatório do Desenvolvimento Humano*, a partir de 1990, onde se preconiza um novo modelo de desenvolvimento. “Para enfrentar o crescente desafio da segurança humana é necessário um novo modelo de desenvolvimento que coloque o povo no centro, que olhe o crescimento económico como um meio e não como um fim, que proteja as oportunidades de vida das futuras gerações, assim como das actuais e respeite os sistemas naturais dos quais a vida depende” (PNUD, 1994: 4).

O mesmo casal Meadows, sentiu a necessidade de reescrever essas as suas conclusões em *Para Além dos Limites*, em 1992, da seguinte forma:

1. uso humano de muitos recursos essenciais e a proliferação de muitos tipos de poluentes já ultrapassaram as médias que são fisicamente sustentáveis.
2. Este declínio não é inevitável.
3. Ainda é possível uma sociedade técnica e economicamente sustentável (Meadows, 1993 [1992]: XVI).

2.4.- Para uma definição do desenvolvimento

Afinal, como vamos entender o Desenvolvimento?

Chegados a este ponto da nossa análise, mais do que fazer um elenco da multiplicidade das definições do desenvolvimento (quase tantas quantos os autores), aqui fica mais uma tentativa de definição, a minha definição: Entendo por **desenvolvimento a simplificação e eficiência organizativa dos processos de produção, distribuição e consumo, a todos os níveis, de um sistema social - económico, jurídico, político, ideológico, cultural -, com vista à realização do ser humano, em harmonia com a Natureza.**

Tal concepção do desenvolvimento implica uma relativização ao próprio sistema, numa perspectiva diacrónica e sincrónica, assim como aos outros sistemas. E tem, naturalmente, as suas causas/razões.

A história tem-nos demonstrado que essas causas/razões do desenvolvimento/subdesenvolvimento são endógenas umas, exógenas outras.

Assim, na análise do processo de desenvolvimento do séc. XVI a esta parte, constatamos que, na generalidade dos casos, o desenvolvimento de uns países andou associado ao subdesenvolvimento de outros. E, adentro do mesmo país, o desenvolvimento de umas regiões andou a par com o subdesenvolvimento de outras.

3.- A Medida do Desenvolvimento

A caracterização do desenvolvimento por um mais e melhor significa que o desenvolvimento será susceptível de uma quantificação e qualificação. Para traduzir essa quantificação e qualificação têm-se desenvolvido metodologias com a utilização de Índices e/ou Indicadores Sociais.

Um dos primeiros indicadores a ser utilizados, como medida de bem-estar humano, foi o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*. É um indicador ainda hoje correntemente utilizado, e que assenta na ideia da identidade entre crescimento e bem-estar.

No entanto, a pouco e pouco se foi tomando consciência de que se o crescimento económico resolve um conjunto de problemas, também acaba por acarretar uma série de outros novos, tais como a poluição, a alteração do ambiente, etc., com graves implicações na saúde e qualidade de vida das populações.

De entre os vários autores que poderíamos citar, refira-se Arthur Cecil Pigou que, em 1920, em Inglaterra, publica o seu *The Economics of Welfare* [*A Economia do Bem-Estar*], defendendo que a economia neoclássica teria que ter em conta os

custos sociais e ambientais, ou desserviços (*"disservices"*), hoje designados por "externalidades", e assinalando que o bem-estar público poderia ser prejudicado por tais custos sociais, que estavam para além dos custos de produção privados (Pigou, 1932 [1920]). E Paul Samuelson propõe que ao **PNB** seja adicionado o **Valor do Tempo de Lazer** e o **Valor da Economia Subterrânea**, a que devem ser deduzidos os **Prejuízos Ambientais** (Samuelson, 1996: 498).

4.- O Índice de Desenvolvimento Humano

Em 1990, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - decidiu produzir um relatório anual sobre o desenvolvimento humano. Daí surgiu o primeiro *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano – 1990* (PNUD, 1990).

O principal objectivo do referido relatório foi apresentar o desenvolvimento humano através de um **índice composto** "que tenha em conta a esperança de vida, o nível de alfabetização e dos recursos que permitem gozar de condições de vida decentes" (PNUD, 1990: iii). Com possibilidades de tal índice vir a ser melhorado.

Quadro nº 1: VALORES DO IDH - 1998. Para alguns Países

Nº de Ordem	País	IHD
1º	Canadá	0,935
...
28º	Portugal	0,864
105º	Cabo Verde	0,688
132º	S.Tomé e Príncipe	0,547
160º	Angola	0,405
168º	Moçambique	0,331
169º	Guiné-Bissau	0,331
...
174º	Serra Leoa	0,252

Fonte: PNUD (2000). Relatório do Desenvolvimento Humano 2000. Trinova Editora: Lisboa.

5.- O Caso de Vilarinho da Furna

Vilarinho da Furna era uma pequena aldeia da freguesia de S. João do Campo, situada no extremo nordeste do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, na Peneda-Gerês, vizinha de Espanha.

A sua origem perde-se na bruma dos tempos. Segundo uma tradição oral, que eu mesmo ouvi dos mais antigos, teria começado a sua existência por ocasião da abertura da célebre estrada da Geira, que de Braga se dirigia a Astorga, num percurso de 240 Kms, e daqui a Roma. Estaríamos, segundo a opinião mais provável, pelo ano de 75 da nossa era.

A maneira de viver comunitária do povo de Vilarinho tem, certamente, as suas origens na simbiose do modo de produção romano com os usos e costumes dos Búrios, grupo dos Suevos, que, no sec. V, arribaram à nossa terra (Antunes, 1994).

A base dessa organização assentava na assembleia dos representantes das várias famílias da povoação, que reunia com uma certa periodicidade, geralmente às Quintas-Feiras, embora o pudesse fazer noutros dias, sobretudo de noite, se assim o exigissem as circunstâncias.

Mas a partir do século XIX, as nossas comunidades rurais começaram também elas a ser cada vez mais objecto de uma profunda transformação sócio-político-económica.

O próprio Estado, em 1888, inicia a usurpação, pela força das armas, dos 10.000 hectares da serra do Gerês, tentando arrancá-los às populações que os geriam e fruía desde tempos imemoriais.

Esta política de usurpação foi continuada até aos nossos dias, com o alargamento dos Serviços Florestais pela área da Peneda-Soajo-Amarela-Gerês, sobretudo a partir da década de 40.

E o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971, para realizar "um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas" nos termos do preâmbulo do Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio, não concretizou nenhum desses objectivos, quase se limitando a proibir e/ou dificultar a iniciativa local.

Finalmente, a construção de várias barragens nos rios Cávado, Rabagão, Homem e Lima, com a destruição de aldeias inteiras, sem quaisquer benefícios para as populações locais, constituiu a machadada final no nosso sistema comunitário, nos nossos sistemas ecológicos, enfim, no nosso milenar equilíbrio Homem/Natureza.

Mesmo as comunidades ainda sobreviventes estão, neste momento, encurraladas entre a água das albufeiras e os pinheiros dos florestais (Araújo, 1988: 8).

Nestas condições, não há cultura, não há ecossistema, não há ambiente, não há desenvolvimento, não haverá Parque Nacional que resista!...

Quadro nº 2: índices de rendimento e conforto concelho

CONCELHO	ÍNDICE DE RENDIMENTO	ÍNDICE DE CONFORTO
VIANA DO CASTELO	8.43	7.93
MELGAÇO	1.00	0.61
ARCOS DE VALDEVEZ	1.46	1.63
PONTE DA BARCA	0.77	0.73
BRAGA	12.37	17.19
TERRAS DE BOURO	0.54	0.60
VILA REAL	4.28	4.38
MONTALEGRE	0.72	1.85
LISBOA	190.79	145.65

Dados em ‰ .

Fonte: MARKTEST (1993). Base de Dados do *Sales Index - Análise do Poder de Compra Regional*.

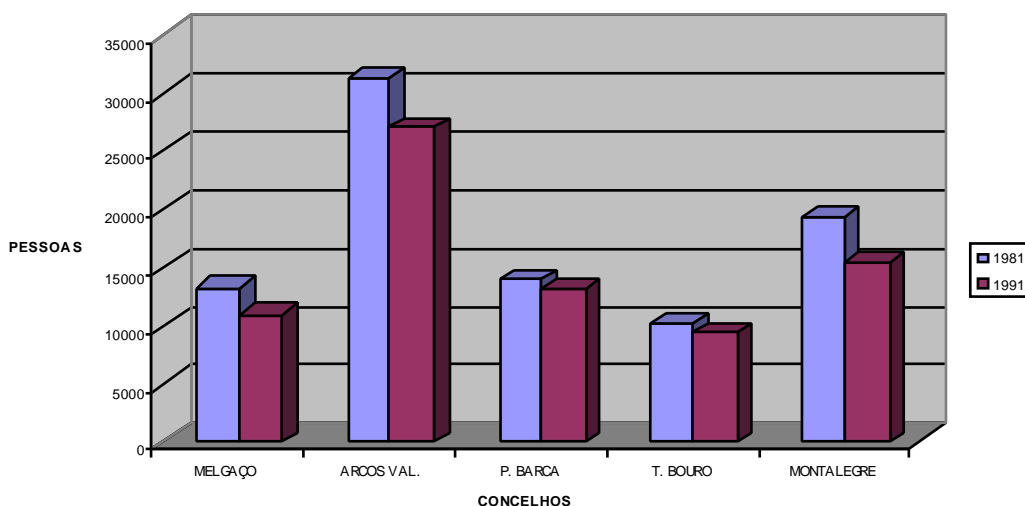
Uma simples leitura deste Quadro revela-nos a distância a que os concelhos que integram o Parque Nacional da Peneda-Gerês se situam dos respectivos concelhos capitais de Distrito e capital do País. E o que não seria se descêssemos ao nível das povoações que ficam adentro do Parque?!...

Em consequência, há uma fuga massiva da nossa população, como se documenta no seguinte Quadro:

Quadro nº 3: População por concelhos

CONCELHO	POPULAÇÃO RESIDENTE 1981	POPULAÇÃO RESIDENTE 1991	$\Delta(1991/1981)$ %
MELGAÇO	13246	11018	-16.8
ARCOS DE VALDEVEZ	31156	26976	-13.4
PONTE DA BARCA	13999	13142	- 6.1
TERRAS DE BOURO	10131	9406	- 7.2
MONTALEGRE	19403	15464	-20.3
TOTAL	87935	76006	-13.6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (1993). *Censos 91, Norte, Resultados Definitivos*. Lisboa, pp. 48-49.

Gráfico nº 1**POPULAÇÃO RESIDENTE**

Como vemos, assistiu-se, numa simples década, a uma diminuição de 11 929 pessoas, mais do que a actual população do concelho de Melgaço e muito superior à população do concelho de Terras de Bouro. Superior ainda à população actualmente residente na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês!...

Nestas circunstâncias, é mesmo de perguntar:

- Que desenvolvimento para a Peneda-Soajo-Amarela-Gerês?

Penso que não há outra alternativa que não seja um Desenvolvimento Sustentável da nossa terra, o mesmo é dizer, um aproveitamento e valorização dos nossos recursos pelas populações, com as populações e para as populações, no equilíbrio Homem/Natureza, sem comprometer o futuro das gerações vindouras.

5.1.- A Destruição de Vilarinho da Furna

O espectro da barragem que pairava sobre Vilarinho caiu sobre a povoação como um abutre esfaimado.

A companhia construtora da barragem chegou, montou os seus arraiais e meteu mãos à obra. Esta surge progressiva e implacavelmente.

O êxodo do povo de Vilarinho pode localizar-se entre Setembro de 1969 e Outubro de 1970, quando na aldeia foram afixados os editais a marcar o tapamento da barragem. De um ano dispuseram, pois, os habitantes de Vilarinho para fazer os seus planos, procurar novas terras e proceder à transferência dos seus móveis.

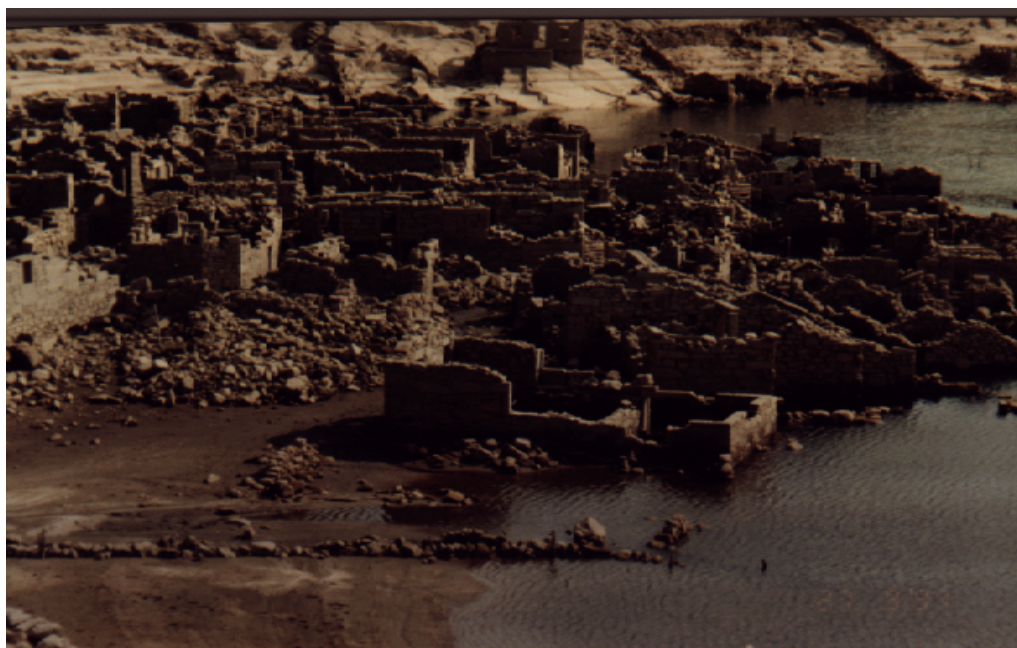
As 57 famílias que habitavam esta povoação procuraram fixar-se noutras paragens, investindo geralmente na agricultura os poucos contos de uma escassa indemnização que receberam da então Companhia Portuguesa de Electricidade. Pelo conjunto de toda a aldeia, e respectivos terrenos de cultivo e maninhos, ofereceu a Companhia construtora da barragem, nada mais nada menos que 20.741.607\$00, o que equivale a meio escudo por metro quadrado de terreno.



Aldeia de Vilarinho da Furna - 1968

Os habitantes de Vilarinho estão agora dispersos pelas mais variadas terras dos concelhos de Braga, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Barcelos, Vieira do Minho, Terras de Bouro, etc., etc., onde encontraram novas gentes, novos costumes.

Da vida e recantos da aldeia comunitária não resta mais que um sonho...



Sonho que é continuado no Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna.



Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna – 1998

5.2.- Para a Valorização do Património Comunitário de Vilarinho da Furna

Os anos passaram e, hoje, OS DESENRAIZADOS DE VILARINHO estão organizados n'AFURNA -Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna, criada em Outubro de 1985, que tem por objectivo a defesa, valorização e promoção do património cultural, colectivo e/ou comunitário do antigo povo de Vilarinho.

Esse património de Vilarinho é fundamentalmente constituído pelas componentes histórico-cultural e sócio-económica. Daí as tarefas e/ou acções a desenvolver nas áreas da cultura, da formação, da investigação científica e do desenvolvimento económico-social. O que trará consigo, além do mais, a criação de um pólo de desenvolvimento regional, com incalculáveis benefícios para o próprio país.

Daí as acções que temos desenvolvido a nível da Acção Cultural e Científica:

- Exposições na sede do Museu
- Encontros Culturais
- Reuniões Científicas
- Publicações
- ...

e da Acção Económica:

- Reflorestação dos cerca de 3000 ha dos Montes de Vilarinho
- Criação de uma Reserva Faunística
- Criação de um Parque Eólico
- Criação de um Museu Subaquático
- ...

6.- À Guisa de Conclusão

Não há desenvolvimento que não seja sustentável porque humano e humano porque sustentável.

O caso de Vilarinho da Furna, com a destruição, pura e simples, da aldeia comunitária, parece-me bem paradigmático do anti-desenvolvimento. Mas parte do seu património conseguiu sobreviver. É esse mesmo património que os seus Antigos Habitantes se propõem salvaguardar e valorizar: protegendo a natureza, desenvolvendo a cultura e a ciência, criando postos de trabalho, melhorando as

condições de vida das populações locais. No interesse do nosso povo. Para benefício do país.

EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO!...

Bibliografia

Antunes, Manuel de Azevedo (1985). *Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Afundada*. A Regra do Jogo Edições: Lisboa.

Antunes, Manuel de Azevedo (1994). *Requiem por Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Afundada*. Colec. Meia Hora de Leitura, Volume 2. Biblioteca da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.

Araújo, José António (1988). "Prefácio". Em Domingos Maria da SILVA. *Os Búrios*. Terras de Bouro.

Arndt, H. W. (1992): "Development Economics before 1945". Em *Development and Planning: essays in honour of Paul Rosenstein Rodan*, Ed. J. Bhagwati e R. Eckaus, George Allen & Unwin: Londres.

Brito, José M. Brandão de (1983): "Prefácio". Em Ramón TAMAMES. *Crítica dos Limites do Crescimento - Ecologia e Desenvolvimento*, (Tit. Orig. *Ecologia y Desarrollo - la polémica sobre los limites al crecimiento*, 1983), Trad. de José Maria Brandão e Brito. Pub. Dom Quixote: Lisboa.

Desenvolvimento, Comissão Mundial do Ambiente e do (1991). *O Nosso Futuro Comum* (Tit. Orig. *Our Common Future*, 1987). Meribérica/Liber Editores Lda: Lisboa.

Estatística, Instituto Nacional de (1993). *Censos 91, Norte, Resultados Definitivos*. Lisboa.

Figueiredo, António Manuel; Costa, Carlos S. (1982). *Do Subdesenvolvimento - Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um Conceito - Roteiro Crítico e Antologia*. Vol. I, Vulgatas. Edições Afrontamento: Porto.

IUCN/UNEP/WWF (1991). *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Development*. Earthscan Publications, Ltd: London,.

Lacoste, Yves (1985 [1965]). *Géographie du sous-développement-Géopolitique d'une Crise*. 6ª Ed., Quadrigue/PUF: Paris.

MARKTEST (1993). Base de Dados do *Sales Index* - *Análise do Poder de Compra Regional*.

Meadows, Donella H. *et al.* (1972). *Os Limites do Crescimento* (Tit. orig. *The Limits of Growth*, 1972), Pub. Dom Quixote: Lisboa

Meadows, Donella H. *et al.* (1993), *Além dos Limites - Da Catástrofe Total ao Futuro Sustentável* (Tit. Orig. *Beyond the Limits: Confronting Global Collapse, Envisioning a Sustainable Future*, 1992). Difusão Cultural: Lisboa.

Mill, J. Stuart (1970). *Principles of Political Economy* (Tit. orig. *Principles of Political Economy, with some of their applications to social philosophy*, 1848). Donald Winch (org.). Penguin Books: London.

Mondiale, Banque (1996). *Rapport sur le Développement dans le Monde 1996*. Banque Mondiale: Washington.

Pigou, A. C. (1932 [1920]). *The Economics of Welfare*. Macmillan: Londres.

PNUD (1990). *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1990*, (Tit. Orig. *Human Development Report 1990*). Economica: Paris.

PNUD (1994). *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*. Tricontinental Editora: Lisboa.

PNUD (2000). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Trinova Editora: Lisboa.

Samuelson Paul A. ; Nordhaus, William D. (1996). *Economia* (Tit. Orig. *Economics*, 1948). 14ª Ed., Trad. de Elsa Nobre Fontainha e Jorge Pires Gomes. McGraw-Hill: Lisboa.